



REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa n.º 155/2023;

Projeto de Lei da Casa n.º 163 /2023

AUTOR (A): DEPUTADO ALDAIR COSTA GIPÃO

COAUTOR (A) : DEPUTADO JORGE FREDERICO

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PORTAS GIRATÓRIAS COM DETECTORES DE METAIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO TOCANTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RELATOR: DEPUTADO MOISEMAR MARINHO

RELATOR DE VISTAS: DEPUTADO PROFESSOR JUNIOR GEO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER DE VISTAS

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, Projeto de Lei da Casa n.º 155 de 2023 E Projeto de Lei da Casa n.º 163/2023 de Autoria do Deputado Aldair Gipão e Jorge Frederico, respectivamente, que: "Dispõe sobre a implantação de portas giratórias com detectores de metais nas escolas estaduais do Tocantins, e dá outras providências" .

Na justificativa do Projeto, o Autor destaca que a crescente onda de violência nos estabelecimentos de ensino brasileiros é notória, especialmente durante a última década. Enfatiza a necessidade de intervenção por parte do Poder Público para prevenir a repetição de tais incidentes.

Por versar sobre matéria análoga à desta propositura, o Projeto de Lei nº 163/2023, de autoria da Deputado JORGE FREDERICO, foi apensado a este



processo nos termos do art.128, | do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, "a", combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

O Processo foi distribuído ocasião em que foi nomeado a relatória do Deputado Moisemar Marinho , que apresentou parecer pela Aprovação (fls. 07/08) do PL 163/2023 e do PL 155/2023, na conformidade do texto do PL 163/2023, em face disso, fiz pedido de vistas da propositura

É o relatório.

II – VOTO

A proposta dos Ilustres Deputados, enfatizam que a propositura auxiliará na prevenção de atentados no interior dos estabelecimentos públicos de ensino de nosso Estado, baseando-se na implantação de portas com detectores de metal e, de forma complementar, a inspeção de pertences, tudo em prol da segurança e bem-estar social.

Inobstante o louvável intuito e o alcance social que a norma estadual poderia trazer a população, no entanto, após detida análise dos autos, vislumbra-se que esta proposição encontra obstáculos para seu devido prosseguimento, pois cria despesas ao Poder Executivo, além de não apresentar qualquer demonstrativo financeiro sobre a forma como seria realizado.

A propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei se encontra entre aqueles de iniciativa privativa indicados no art. 27, § 1º, II, "b" e "f" da Constituição do Estado do Tocantins:

"Art. 27. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Procurador-Geral de Justiça, aos Cidadãos, na

forma e nos casos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa, matéria orçamentária e serviços públicos;

f) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgão da administração pública. ”

Portanto, a matéria encontra óbice legal de sua tramitação, pois legisla sobre matéria de competência do Executivo, porque cria uma atribuição ou tarefa à Administração Pública.

Por todo o exposto, pela magnitude do Projeto de Lei, recomendamos fazer um INDICATIVO AO PODER EXECUTIVO, de modo que o mesmo apresente mensagem Governamental para tratar da matéria.

Diante do exposto, em que pese a relevância social do projeto, por apresentar óbices do ponto de vista jurídico, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** dos Projetos de Lei nº 155/2023 e 163/2023.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 2023

Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Relator de Vistas



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação rejeitou, o Parecer de Vista do(a) Senhor(a) Deputado(a) **Professor Júnior Geo**, referente ao(a) **PL. nº 155/2023**.

OBS: Sendo aprovado o Parecer do Relator Senhor Deputado **Moisemar Marinho**. Encaminhe-se(a) (ao) **Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle**.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2023

NILTON BANDEIRA
FRANCO:41614283
168

Assinado de forma digital
por NILTON BANDEIRA
FRANCO:41614283168
Dados: 2023.08.23 11:09:08
-03'00'

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. ALDAIR COSTA GIPÃO (X)
Dep. CLAUDIA LELIS ()
Dep. JORGE FREDERICO (X)
Dep. NILTON FRANCO (X)
Dep. PROF. JÚNIOR GEO (X)

MEMBROS SUPLENTES

Dep. MOISEMAR MARINHO ()
Dep. VANDA MONTEIRO (X)
Dep. VALDEMAR JÚNIOR ()
Dep. CLEITON CARDOSO ()
Dep. GUTIERRES TORQUATO ()